

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO DENTRO E FORA DA ESCOLA

AUTORA: Luciane Félix da Silva Souza

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia

JUÍNA-2010

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO DENTRO E FORA DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Letras – Habilitações Português/Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras.

AUTORA: Luciane Félix da Silva Souza

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia

JUÍNA-2010

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Solange Raquel Weber

Prof. Ms. Rafael Eisinger Guimarães

Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia
ORIENTADOR

Dedico esse trabalho aos meus filhos com todo amor e carinho para que continuem seguindo os meus passos com dignidade e humildade.

AGRADECIMENTOS

Os anos de realização de graduação foram anos difíceis. Durante esses anos me distanciei um pouco da minha família por conta dos afazeres acadêmicos, também descuidei um pouco de mim. Passei todo esse tempo estudando sem cuidar da minha saúde nem da minha aparência. Minha família sentia muito a minha falta, mas eu não conseguia socializar família e estudo ao mesmo tempo, e nisso, minha família acabou ficando um pouco abandonada. Mas valeu a pena pelo esforço, eu consegui realizar o meu maior sonho que era fazer um curso superior, pois nunca tive condições financeiras para esse fim. Afinal, também era um dos sonhos dos meus pais. Por isso, agradeço em primeiro lugar a Deus que nunca me abandonou nos momentos mais difíceis. Em segundo lugar à minha família que esteve sempre do meu lado nos momentos mais difíceis. Pela paciência e compreensão que tiveram durante esses anos, pelo fato de não estar sempre presente e não ter dado a atenção que eles mereciam. Aos meus amados pais que sempre me ensinaram que se queremos vencer na vida temos que agir para que nossos sonhos sejam realizados. Então segui os conselhos deles, fui à busca dos meus sonhos. Agradeço também ao meu filho Alisson que sempre me deu força e me ensinou manusear o computador, pois tinha bastante dificuldade e à minha filha linda pela compreensão de não ter dado a atenção que ela tanto cobrava de mim. Ao meu marido que financiou todo o curso, pois se não fosse ele, não chegaria ao final. Agradeço também à minha sobrinha querida que andou Brasília inteira atrás dos livros que eu precisava para a realização desse trabalho. Aos meus irmãos que sempre me motivaram a seguir em frente e não ter medo dos obstáculos. Enfim, agradeço também aos meus queridos professores incluindo o meu orientador, professor e Doutor Cláudio Silveira Maia pela confiança depositada e por ter valorizado o meu esforço e dedicação todos esses anos.

[...] de todos os conjuntos de superstições infundadas que compõem a cultura brasileira, nenhum é tão resistente, parece, quanto o das idéias preconcebidas que impregnam nosso imaginário a respeito de línguas em geral e, mais especificamente, da língua que falamos (BAGNO 2003, p. 15).

RESUMO

A Língua Portuguesa é a língua de brasileiros, portugueses e vários povos africanos além do Timor Leste, nações que têm essa língua como idioma oficial. Porém, há na Língua Portuguesa muitas variações, das quais algumas são vistas de forma preconceituosa por determinadas pessoas. Pessoas e alunos que compõem as escolas públicas do nosso país são, por vezes, discriminados por pertencerem à classe pobre ou menos privilegiada da sociedade, sendo então tratados como *deficientes linguísticos* por utilizarem o PNP (Português não-padrão), e assim falarem diferente da língua que é ensinada nas escolas tendo como referência o PP (Português padrão). Para discutir tal preconceito dentro e fora do ambiente escolar, suas causas, modos de disseminação e seus reflexos dentro e fora da escola, utilizamos material bibliográfico encontrado especialmente em Bagno, além de outros autores que serviram de apoio para a construção deste trabalho. A análise desenvolvida indica que existem fatores que produzem diferenças na fala das pessoas, como por exemplo os fatores externos (fatores geográficos, de classe, idade, sexo etnia, profissão) e internos à língua. Por existirem diferenças na língua, existem no Brasil os chamados *mitos do preconceito linguístico* que são passados de geração para geração e que as pessoas se deixam dominar. Conforme as obras analisadas, verificamos também que não existe necessariamente “certo” ou “errado” na língua, todas as variedades linguísticas são válidas e adequadas à situação de comunicação. E que apesar das escolas terem se esforçado para amenizar o preconceito linguístico, ele ainda se faz presente. Com uma leitura mais aprofundada, verificamos que o preconceito linguístico é apenas um nome que deram para o chamado preconceito social.

Palavras-chaves: Língua Portuguesa; Variação; Variedades Linguísticas; PNP; PP.

ABSTRACT

The Portuguese language is the language of Brazilian, Portuguese and various African peoples beyond East Timor, nations that have this language as official language. However, there are many variations in Portuguese, some of which are viewed with prejudice by certain people. People and students that make up our nation's public schools are sometimes discriminated against because they belong to the poor or less privileged of society, then being treated as disabled by using the PNP language (Portuguese non-standard), and so different from talking language that is taught in schools with reference to the PP (Portuguese default). In order to discuss this prejudice within and outside the school environment, its causes, modes of transmission and its reflections in and out of school, use library material found especially in Bagno, and other authors who served as support for this work. The analysis indicates that there are factors that produce differences in the speech of people, such as external factors (factors of geography, class, age, gender, ethnicity, occupation) and internal to language. Because there are differences in language, in Brazil there are so-called myths of linguistic prejudices that are passed from generation to generation and that people are so dominate. As the works analyzed, we also found that there is not necessarily "right" or "wrong" language, all the linguistic varieties are valid and appropriate to the situation of communication. And although the schools have made efforts to soften the language bias, it is still present. With further reading, we find that the linguistic bias is just a name they gave to the so-called social prejudice.

Key words: Portuguese Language, Variation, Language Varieties, PNP and PP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – O preconceito linguístico no Brasil	12
1.1 MITO I – “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”	12
1.2 MITO II – “Brasileiro não sabe português”	15
1.3 MITO III – “Português é muito difícil”	16
1.4 MITO IV – “As pessoas sem instrução falam tudo errado”	18
1.5 MITO V – “O lugar onde melhor se fala Português no Brasil é o Maranhão”	21
1.6 MITO VI – “O certo é falar assim porque se escreve assim”	24
1.7 MITO VII – “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”	25
1.8 MITO VIII – “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”	27
CAPÍTULO II – O preconceito linguístico na escola	29
CAPÍTULO III – As formas de lidar e eliminar/amenizar o preconceito linguístico na escola	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

O Brasil é hoje o maior país que fala a língua portuguesa no mundo, com uma população que na virada do milênio girava em torno de 170 milhões de habitantes. O português não nasceu no Brasil; foi implantado no continente sul-americano pela colonização portuguesa que começa oficialmente com a descoberta do Brasil em 22 de Abril de 1500. A partir daí começou todo um processo de mestiçagem e interpenetração de culturas.

Quando os portugueses chegaram em território brasileiro, já existia uma língua nativa chamada Tupi, que era conhecida pelos portugueses como língua geral; chegou a ultrapassar a difusão do próprio português, sendo utilizada pelos jesuítas na catequização dos índios. Mas, em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o uso da língua geral foi proibido no Brasil. O português então sobressaiu e tornou-se idioma nacional, o que não impediu que restassem vestígios do Tupi em nosso falar.

Calcula-se, segundo Oliveira (1999, p. 09), que existam cerca de dez mil palavras de origem Tupi no vocabulário brasileiro. Dentre essas palavras podemos citar “Niterói”, “Ceará”, “Catumbi”, “Jurema”, “Araci”, “Moacir”, “capim”, “cupim”, “macaxeira”, “araponga”, “mingau”, “curupira”, “guri” e outras mais. Os portugueses perceberam que os índios não eram fortes o suficiente para o trabalho na agricultura com a cana-de-açúcar e trabalho nas minas, então começaram a trazer negros da África para se ocupar desses trabalhos.

Daí que, e ainda conforme Oliveira, a língua africana também se fixou no idioma português. Temos em nosso vocabulário palavras de origem negra como: “moleque”, “quitanda”, “banzo”, “samba”, “Ogum”, “Orixá”, “Exu”, “abará”, “acarajé”, “cochilar”, “xingar” etc. Na Bahia a língua africana geral foi o nagô ou ioruba. No resto do país, a língua foi o quimbundo, falado pelos negros da família banto. Devido ao contato com os brancos, principalmente os senhores donos de fazendas, “os negros adotaram uma segunda língua: o crioulo português do tipo nagô ou quimbundo, segundo a região em que viviam” (OLIVEIRA, 1999, p. 10).

Além do Tupi e da língua africana, o idioma português recebeu outras influências, como, por exemplo, as de imigrantes europeus, tais como franceses,

espanhóis, alemães, japoneses e italianos, que fizeram com que o regionalismo e as diversidades na pronúncia se aflowssem. Em função de toda essa gama de influências que alimentou o português do Brasil (OLIVEIRA, 1999 p. 10), é natural que ele apresente diferenças no vocabulário, na fonética, na sintaxe. Contudo, a língua falada no Brasil ainda é a língua Portuguesa oriunda dos colonizadores portugueses, porém bastante plural, heterogênea e com uma estrutura gramatical caracterizada por determinadas particularidades, como é o caso dos regionalismos que podemos ler representados na obra de diversos autores brasileiros, especialmente na obra de Guimarães Rosa. Logo, no Brasil não se fala apenas uma língua, fala-se uma língua formada por variedades linguísticas.

Por existirem essas diferenças na pronúncia, na fonética do português do Brasil, gerou-se, ao longo da história da língua no país, uma polêmica sobre quem fala o português corretamente. Essa polêmica, por sua vez, gerou e tem gerado o chamado preconceito linguístico. Preconceito este que é visto com rigor quando uma pessoa utiliza palavras como “moio”, “trabaio”, “pranta”, “cuié”, “grobo”, “muié”, “probrema”, ou melhor, quando pessoas utilizam uma linguagem que foge da gramática normativa imposta e apresentada nas escolas.

O que vemos em nossa sociedade é que pessoas mais escolarizadas torcem o nariz, viram a face ou, quando são mais delicados, prendem os lábios para não rir ou saem de perto quando se deparam com essas situações de uso da língua. O preconceito já faz parte da língua há algum tempo, mas se buscarmos a origem dessas palavras mencionadas anteriormente, veremos uma semelhança na forma que era escrita antes, em relação à forma que é escrita hoje, e pessoas podem até achar graça de tudo isso.

Esses falantes que discriminam por ver pessoas utilizarem esse tipo de linguagem não-padrão não percebem que o que está em jogo é a comunicação. Essas pessoas falam assim porque aprenderam desde criança a falar desse jeito com o convívio familiar ou grupo social o qual estão inseridos.

Portanto, para uma compreensão mais abrangente e importante a propósito do tema que ora aqui se apresenta, houve a necessidade de estudar, analisar e refletir sobre tal preconceito. Fez-se necessário, então, utilizar para a pesquisa em curso materiais bibliográficos encontrados em Marcos Bagno e outros autores como: Stella Maris Bortoni-Ricardo, Rodolfo Ilari e Renato Basso, Jânia M. Ramos, Luiz

Carlos Cagliari, — todos estes reconhecidos, entre outros, como ícones dos Estudos Linguísticos.

Sendo assim, nossa monografia tem como título *O preconceito linguístico dentro e fora da escola*. Diante disso, frente ao preconceito linguístico, como pode a escola eliminá-lo ou ao menos, diminuí-lo? Que papel, especificamente, o professor de língua portuguesa pode desempenhar para esclarecer sobre tal preconceito e diminuí-lo no ambiente escolar? Eis um problema de pesquisa para qual buscamos em nossa monografia respostas ou possíveis caminhos. Diante de tal problema temos uma pergunta geral que norteia a nossa pesquisa: Como se dá o preconceito linguístico dentro e fora do ambiente escolar, isto é, quais são as suas causas, modos de disseminação e seus reflexos dentro e fora da escola?

Portanto, nossa monografia estará estruturada em três capítulos: Capítulo I “O preconceito linguístico no Brasil”, iniciando com a mitologia do preconceito linguístico, Capítulo II iniciará com “O preconceito linguístico na escola” e no Capítulo III será abordado “As formas de lidar, eliminar/amenizar o preconceito linguístico na escola”.

No entanto esperamos com esse trabalho de pesquisa contribuir para que o PNP (português não-padrão) deixe de ser visto como uma língua “errada”, considerada como falada por pessoas intelectualmente “inferiores”, e passe a ser encarada como uma língua mais “dinâmica”, “ágil”, “organizada”, e “funcional”. Esperamos também contribuir como uma ajuda aos professores em geral, como forma de esclarecimento para que passem a lidar de uma forma diferente ao se deparar com essas situações de preconceito linguístico dentro e fora da sala de aula.

Além disso, nossa monografia busca ser uma forma de conscientização para os futuros professores de Licenciaturas, para que comecem a encarar essas variedades linguísticas de forma diferente, sabendo lidar com essas situações dentro de sala de aula e fora dela, o que ajudará a amenizar o preconceito quanto à língua. Sobretudo buscamos despertar também nos educandos em geral a consciência crítica a respeito das variedades linguísticas, para que desse modo se amenize o preconceito linguístico na sociedade em geral.

CAPÍTULO I

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO BRASIL

Na sociedade brasileira em geral, parece haver esforços voltados para diminuir os mais variados tipos de preconceitos, seja ele racial, de gênero, opção sexual, quanto às etnias, enfim a mostrar que esses preconceitos não têm fundamento, é desumano, humilha, é agressivo e prejudicial a qualquer ser humano, que é resultado da falta de respeito de determinadas pessoas, da falta de informação, da manipulação ideológica. Infelizmente, como afirma Bagno (2007a, p. 13), esses esforços não são tão intensos quando se trata do preconceito linguístico. Preconceito que é muito comum em nossa sociedade e atribuído às determinadas variedades linguísticas.

O preconceito linguístico, na maioria das vezes, é alimentado pelos meios de comunicação, como em programas de televisão e rádio, colunas de jornal, revistas, em livros, sites de internet, que acham que estão dizendo e ensinando o que é “certo” e o que é “errado”, quando na verdade só estão propagando e aumentando cada vez mais o preconceito. Incluem-se também nesta lista os instrumentos tradicionais de ensino da língua utilizados na escola; a gramática normativa e os livros didáticos que por sua vez impõem o ensino de uma variedade de língua que quase está em processo de falecimento pelo fato das pessoas não fazerem uso sempre dessa linguagem no cotidiano, esquecendo assim das demais.

Conforme Bagno (2007a, p. 13), “Preconceito este que fica ainda mais evidente numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui”. Como forma de amenizar o preconceito linguístico, citamos a seguir alguns dos mitos relacionados à língua, os quais Bagno (2007a) menciona ao mesmo tempo em que os desconstrói.

Mito I – “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”.

Afirmar que no Brasil se fala uma mesma língua, sem dialetos, no qual segundo Bagno (2007 b, p. 48), é o uso da língua de um determinado lugar, região é algo muito sério. É possível que isso ocorra pelo fato de ouvirmos desde criança as pessoas falarem que no Brasil se fala uma língua, a língua portuguesa. E algumas pessoas acabam por confundir, esquecendo das variedades desse português.

Essa concepção está arraigada em nossa cultura e até os intelectuais como Darcy Ribeiro tem essa visão e escreveu sobre o povo brasileiro:

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos. (RIBEIRO apud BAGNO, 2007 p.15).

A verdade é que no Brasil, embora a língua falada pelo povo brasileiro seja o português, esse português é bastante diversificado. Não só pelo fato do Brasil ser um país extenso em território, mas por ser um país com uma sociedade de várias culturas, misturas de etnias, de ambos os sexos, de faixas etárias diferentes, de níveis escolares diferentes e de classes sociais diferentes. Se a nossa sociedade brasileira é bastante diversificada não há motivo para se pensar que todo mundo fala igual.

De acordo com Bagno (2007a, p.16), são essas graves diferenças de classe social que explicam a existência do embate que se criou em torno dos falantes das variedades linguísticas não-padrão e os falantes da variedade culta.

Segundo PCN (Língua Portuguesa 5ª a 8ª série, 1998), embora no Brasil exista uma língua nacional, nota-se que as pessoas pronunciam as palavras de forma diferenciada (menino, moleque, guri, piá), fazem uso diferente dos elementos morfológicos (prefixo e sufixo; mulher, mulhé, você, ocê) e de construções sintáticas (concordância verbal e nominal; os meninos, os menino), aos quais identificam os falantes de comunidades regionais, como ainda esses falantes se multiplicam dentro da mesma comunidade.

Existem ainda línguas faladas em várias regiões do Brasil pelas nações indígenas e de imigrantes de outros países que mantêm viva a língua dos seus antepassados como os japoneses, coreanos, alemães, italianos etc.

Como já vimos, a variação é constitutiva dos seres humanos. Segundo Bagno (2007b, p. 39), variação “são diversos conjuntos de realizações possíveis dos recursos expressivos que estão à disposição dos falantes que se abrigam nesse guarda-chuva chamado língua”. Já as variedades linguísticas “é o modo de falar a língua de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” (BAGNO 2007b, p, 57).

Essa realidade linguística marcada pela diversidade é reconhecida também pelos Parâmetros Curriculares Nacionais: “A língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam” (BRASIL, MEC/PCN, 2001, p. 31).

Como já vimos, a língua varia de região para região. Por exemplo, há diferenças entre o falar do carioca e o falar do paulistano, diferenças entre o falar dos goianos e dos mato-grossenses, diferenças no falar do paulistano e dos baianos. Mas há também outros tipos de variedades. A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe baixa ou média, por um morador da cidade ou um morador da zona rural e assim por diante. Em outras palavras temos, ao lado das variedades geográficas, outros tipos de variedades: de gênero, idade, nível de escolarização, socioeconômicas, urbanas e rurais etc, enfim cada uma com suas características próprias.

Cada pessoa tem sua língua própria e exclusiva da sua comunidade regional. No entanto, quando as pessoas por algum motivo se afastam do seu grupo linguístico podem até procurar se adaptar à outra espécie de linguagem, mas jamais abandonam o hábito da língua materna, àquela que aprendeu desde criança.

A língua também muda com o tempo, ou seja, a língua que falamos hoje em pleno século XXI no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo, no início da colonização. Isso acontece, segundo Bagno (2005, p. 22), porque além de variar de região para região, a língua muda com o passar do tempo. “Essa mudança ao longo do tempo se chama mudança diacrônica. Já a variação geográfica se chama variação diatópica” (BAGNO, 2005, p. 22).

Recuando um pouco no tempo podemos citar a carta de Pero Vaz de Caminha. Se pegarmos para analisar essa carta e outros textos mais, escritos no século XVIII ou XIX só entenderíamos com a ajuda de um filólogo, especialista em textos antigos. Portanto, concordamos com Bagno (2005, p.18) que, aqui “no Brasil não se fala uma só língua”, uma língua que seja única, fixa, pelo contrário, temos uma gama de variedades linguísticas, algumas prestigiadas e outras, como o PNP (Português não-padrão), que é estigmatizada e ridicularizada por algumas pessoas que dizem utilizar sempre a língua culta.

Mito II – “Brasileiro não sabe português”.

Essa concepção, na verdade, não passa realmente de um mito. Para Bagno (2007 a, p. 23), “esse mito foi transmitido de geração para geração pelo ensino tradicional da gramática na escola”. No entanto o autor explica que usamos o nome Língua Portuguesa pelo fato do Brasil ter sido colônia de Portugal. A língua estabelecida no Brasil, já tem uma gramática com regras estabelecidas, que se diferencia da gramática de Portugal.

O Português do Brasil se diferencia do português de Portugal nos aspectos fonéticos (no modo de pronunciar os sons da língua) o brasileiro diz “eu sei”, o português diz “eu sai”, nas diferenças sintáticas (no modo de organizar as frases e orações) no Brasil dizemos “eu estou falando com você” em Portugal eles dizem “estou a falar consigo”, nas diferenças semânticas (no significado das palavras) cuecas em Portugal são as calcinhas das brasileiras, já no Brasil cuecas é do uso íntimo do sexo masculino e também se diferenciam no uso da língua, o português tem o costume de perguntar algo sem dirigir a alguém diretamente uma pessoa se chama Sílvia e um português quer convidá-la para jantar. Ele vai chegar e dizer; “A Sílvia janta conosco?” já no Brasil se um brasileiro quer convidar alguém para jantar ele fala diretamente com a pessoa “Sílvia você quer jantar com a gente”? (BAGNO, 2005 p. 19).

Assim, Bagno (2007a, p. 31) ainda menciona que se os brasileiros fogem da gramática normativa, os portugueses também não a seguem à risca.

Embora o Brasil tenha sido colônia de Portugal é possível concordar com o autor Bagno e observar que existem fatores que separam as duas línguas. Assim não podemos considerar que os portugueses sejam os donos da língua, pois também falamos o português, de uma forma diferente é claro. Como já foi mencionado temos nossas regras, eles também têm as deles, nós utilizamos a

nossa língua portuguesa de um jeito, eles utilizam a língua portuguesa deles de outro.

Portanto, para Bagno (2007a, p. 32), nenhuma das línguas é mais “certa”, ou mais “errada”, são apenas diferentes umas das outras, e que atendem às diferentes necessidades linguísticas de cada povo. Os costumes desses povos são outros, a cultura é outra, os contextos sociais são diferentes. Na verdade cada língua é adaptada ao seu País, onde ela se mantém viva e fluente.

Nossa língua Portuguesa, é diferente do Português de Portugal e diferenças na língua não significa deficiência ou inferioridade.

MITO III – “Português é muito difícil”.

O brasileiro pensa dessa forma porque a língua aprendida nas escolas não corresponde à língua falada no cotidiano do brasileiro.

No entanto “todo falante nativo de uma língua sabe bem essa língua, saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela” (BAGNO, 2007 a, p. 35).

Para o autor (2007a, p. 35) uma criança já consegue a partir dos três anos de idade utilizar adequadamente as regras gramaticais de sua língua. Nenhuma criança, por exemplo, nessa idade, se expressa oralmente desta forma: “Um meninas chegou aqui semana que vem” ou “Minha pai é bom”. Porém alguma pessoa de origem estrangeira que não sabe ainda a organização gramatical da língua brasileira poderá confundir-se e utilizar-se desta forma oral: “Brasileira muito bom”.

De fato, também nesse sentido se pronuncia Cagliari (2007, p. 18): “Mais importante do que o vocabulário ou léxico é a própria estrutura gramatical da língua. A língua vive por causa disso. [Com efeito], uma lista de palavras nunca chegará a formar uma língua”. Voltando a Bagno (2007a, p. 36), “Se existisse língua difícil, ninguém no mundo falaria húngaro, chinês ou guarani, no entanto essas línguas são faladas por milhões de pessoas, inclusive crianças analfabetas”. As pessoas

repetem que Português é muito difícil porque o nosso ensino não leva em conta a língua que é funcional dentro da sociedade brasileira.

O aluno pode até ser alfabetizado, utilizar-se da linguagem culta da gramática por ser cobrado por isso, mas quando sair do ambiente escolar, no seu cotidiano continuará usando a sua língua materna, esse fato verificamos claramente na obra de Bagno *A língua de Eulália*. Podemos também exemplificar a partir da seguinte frase que irá aprender na escola “Assisti ao filme”, quando ele sair ele vai continuar dizendo “Ainda não assisti o filme do Batman”. Para o autor mencionado anteriormente a gramática oral brasileira não sente a necessidade da preposição “a”. Então continuando com Bagno não adianta impor regras que não fazem parte do cotidiano linguístico do aluno, pois ele não as utilizará sempre.

O professor Sirio Possenti, da UNICAMP, em sua obra “Por que (não) ensinar gramática na escola” opina sobre a regência “assistir a”.

Como um arcaísmo, uma forma sintática que já caiu em desuso, mas continua sendo cobrada injustificadamente pelo ensino tradicionalista, que se recusa a admitir a extinção desse e de muitos outros dinossauros linguísticos (POSSENTI apud BAGNO, 2007a, p. 37).

Por conta das escolas ensinarem regras gramaticais que não correspondem à realidade dos alunos é que muitos tomam antipatia pela disciplina de Língua Portuguesa. Por acharem que essas regras não terão importância, nem utilidade em suas vidas, que não correspondem à sua realidade linguística que muitos alunos terminam os estudos, quando não abandonam com dificuldades na Disciplina de Língua Portuguesa.

Na maioria das vezes os alunos saem da escola com certa dificuldade em redigir textos e interpretá-los, pois as escolas de hoje se fixam mais em trabalhar gramática a partir de frases isoladas, quando seria mais interessante trabalhar com diversos gêneros textuais para os alunos refletirem sobre o funcionamento da língua e melhorarem sua capacidade comunicativa. Podemos ver claramente essa afirmação nos PCNs de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental (2001, p. 30-36).

Segundo Bagno (2007a, p. 37) os professores devem trabalhar no sentido de ajudar os alunos a se expressarem e a desenvolverem suas capacidades comunicativas. Dessa forma concordamos com o autor que os alunos terão mais

confiança e prazer nas situações de comunicação, se for ensinado a eles uso da língua adequadamente, o que se tornaria mais importante do que encherem eles de regras que não terão muita utilidade na sua vida real linguística e que está mais empregada no papel.

Aprender regras gramaticais, para Bagno, não garante que utilizaremos sempre a norma culta. Bagno (2007a, p. 39) não concorda em a disciplina de Língua Portuguesa, através dos livros didáticos e das gramáticas, oferecer algo que vai servir a evitar que a Língua Portuguesa caia em “decadência”.

Segundo o autor (2007a, p. 39) a gramática normativa inventa “armadilhas” para justificar que ela existe e sem ela a língua não sobrevive. O que está errado porque, se fosse assim não existiria essa grande quantidade de variedades do Português, variedades que estão cada vez mais vivas e funcionais dentro das comunidades brasileiras que interagem entre si através da língua. As pessoas esquecem que se a língua estabelece um canal de comunicação entre os falantes, isso é o que importa, pois já desempenhou o seu papel.

MITO IV – “As pessoas sem instrução falam tudo errado”.

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe uma única Língua Portuguesa de prestígio, digna de receber esse nome, que seria a Língua culta padrão ensinada nas escolas, propagada nos dicionários e livros didáticos e gramaticais. De acordo com Bagno (2007a, p. 40), qualquer manifestação linguística que foge da gramática normativa é considerada “errada” ou “deficiente” e ainda ouvimos em nossa sociedade que a forma não-padrão “não é português”.

O preconceito se faz ainda mais presente quando pessoas menos escolarizadas transformam o L em R nos encontros consonantais como “pranta”, “broco”, “praça”, probrema, “Cráudia”. Essas pessoas são discriminadas, tachadas de deficientes linguísticas e que possuem atraso mental. A questão é a seguinte para Bagno:

[...] não estamos diante de um traço de atraso mental dos falantes ignorantes do português, mas simplesmente de um fenômeno fonético que contribuiu para a formação da própria língua portuguesa padrão (BAGNO 2007a, p. 40).

Vejamos a seguir o quadro que Bagno (2007a, p. 41) nos mostra:

Português padrão	Etimologia	origem
Branco	blank	germânico
Brando	blandu	latim
Cravo	clavu	latim
Dobro	duplu	latim
Escravo	sclavu	latim
Fraco	flaccu	latim
Frouxo	fluxu	latim
Grude	gluten	latim
Obrigar	obligare	latim
Praga	plaga	latim
Prata	plata	provençal
Prega	plica	latim

Ainda conforme o raciocínio de Bagno, percebe-se a partir desse quadro, que todas as palavras do português padrão, listadas acima tinham, na sua origem, o L que mais tarde transformou-se em R. Se partirmos do pressuposto de que as pessoas que utilizam R ao invés de L falam errado, estaremos considerando a fala de Camões também errada porque escrevia em suas obras: ingrês, pubricar, pranta, frauta, frecha etc. Vejamos a seguir trechos da obra *Os Lusíadas* de Camões extraídos de Bagno (2005, p.45).

E não de agreste avena, ou frauta ruda (canto I, verso 5)

Doenças, frechas, e trovões ardentes (X, 46)

Era este ingrês potente, e militara (VI, 47)

Nas ilhas de maldiva nasce a pranta (X, 136).

Pruma no gorro, um pouco declinada (II, 98)

Onde o profeta jaz, que a lei pubrica (VII, 34)

O crítico dos mitos explica que essa troca do L pelo R chama-se Rotacismo. O Rotacismo participou da formação da língua padrão, como já vimos em: branco, escravo, praga, fraco etc, mas continua vivo no português não-padrão. Assim, conforme Bagno (2007a, p. 42), o “problema” não está no que se fala, mas na pessoa que fala. Dessa forma, o que está sendo discriminado não é a língua, mas sim o falante dessa língua.

Não se pode, então, discriminar pessoas só porque utilizam palavras à margem do português padrão hoje. Essa forma de uso da língua não é uma questão linguística, mas sim social e política. Essas pessoas já são desprestigiadas, marginalizadas, por pertencerem à classe mais pobre da população, não tendo, muitas vezes, acesso a uma educação de qualidade. Por conta disso, suas falas são consideradas feias e ridículas por serem diferentes daquela que é ensinada nas escolas.

Esse preconceito linguístico é encontrado explicitamente na obra magnífica de Bagno: *A língua de Eulália*. Trata-se de uma novela sociolinguística, na qual procura correlacionar o fenômeno linguístico com o fato social.

Três amigas: Vera, Sílvia e Emília são professoras de curso primário, e lecionam no mesmo colégio de São Paulo. Sílvia estuda Psicologia, Emília Pedagogia e Vera é estudante de Letras. Elas resolvem tirar uns dias de férias em Atibaia na casa de Dona Irene, tia da Vera, é aí onde tudo começa: quando conhecem Eulália e se espantam com o seu modo de falar. Irene, professora de Língua Portuguesa e Linguística, aposentada, mas que continuava trabalhando alfabetizando pessoas pobres e estava escrevendo um livro sobre os todos os problemas da língua. Eulália a ajudava em casa e as duas acabaram ficando amigas. Eulália era muito simples e era alfabetizada, mas no dia a dia usava uma linguagem diferente e fora da norma padrão.

Para Irene, ela tinha lá seus conhecimentos e não tinha conselheira igual. As meninas notaram essa diferença na língua de Eulália, foi aí que Irene se propôs a explicar para as três amigas as diferenças, ou melhor, as semelhanças entre as línguas e fazer as meninas entenderem que a forma de fala da Eulália não era “errada”.

Bagno (2005, p. 15) nos mostra que “o português não-padrão não é algo errado, ridículo, é só diferente”. Essa novela baseia-se em fatos reais, porque é o que acontece no nosso cotidiano: o preconceito com certos tipos de língua, como é o caso da Eulália que era alfabetizada, mas ainda utilizava a sua “língua materna” não-padrão. Para o autor essa linguagem só é errada dentro das regras gramaticais, que se aplicam ao português padrão. Mas para o PNP essas regras da norma culta não funcionam.

Para Cagliari (2007, p. 19) seria estranho se esses falantes invertissem a ordem das palavras, pois dessa forma não estaria atendendo às regras de nenhum dialeto como, por exemplo: se uma pessoa pronunciar dessa forma “prantá vai arrois nós” ou “plantar vamos arroz nós”. Ainda de acordo com o autor, esses casos são raros, e quando acontecem, o próprio sujeito se corrige, até mesmo uma criança.

Percebemos então que na sociedade brasileira existe o preconceito quanto às classes sociais, de gênero, idade, etnia etc, assim como o preconceito contra a fala característica de certas regiões. Tudo isso, pois, é, de certa maneira, um cerceamento da liberdade de expressão.

MITO V – “O lugar onde melhor se fala Português no Brasil é o Maranhão”.

Para Bagno (2007a, p. 46) “esse mito não tem fundamentação científica, nasceu da velha posição de subserviência em relação ao Português de Portugal”.

De acordo com o autor (2007a, p. 46), os maranhenses herdaram o pronome tu com as conjugações verbais lusitanas, por receber nessas regiões no período colonial a imigração de açorianos e por isso utilizam regularmente o pronome tu seguido das formas verbais com a terminação em –s característica da segunda pessoa; “tu vais”, “tu queres”, “tu dizes”, “tu comias”, “tu cantavas” etc, e que não é muito usual no cotidiano brasileiro.

Os que defendem esse mito, como aponta Bagno (2007a, p. 47), não se dão conta de que os mesmos que dizem “tu és”, “tu vais”, também dizem: “Esse é um bom livro para ti ler”, em vez da forma “Esse é um bom livro para tu leres”. Então eles usam o pronome ti a mesma função de sujeito em que várias regiões do país, inclusive as camadas sociais cultas utilizam o pronome “mim” quando precedido da

preposição para e o verbo no infinitivo; “Para mim fazer isso vou precisar da sua ajuda”.

Então, de acordo com o autor o que podemos concluir com essas explicações é que não existe nenhuma variedade linguística “melhor” e mais “bonita” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades de comunicação de cada povo, o que já foi explicado quando mencionamos o português de Portugal e do Brasil. Quando deixar de atender a esse povo é claro que sofrerá transformações.

Os nordestinos, por exemplo, sentem na pele o preconceito. A fala dos nordestinos não tem nada de feio e engraçado. Assim como afirma Bagno (2005, p. 26), os falantes das variedades “sudestinas” atribuem esses termos à fala dos nordestinos por conta do Sudeste no século XX, principalmente as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte serem os primeiros a utilizar o Português formal pelas classes sociais mais privilegiadas da sociedade. A partir daí esse português padrão seria o modelo a ser seguido pelos falantes do Brasil.

Sem contar que algumas pessoas discriminam os nordestinos e também atribuem à Bahia a influência do elemento africano, mas trata-se na verdade em alguns casos o processo do rotacismo mencionado anteriormente.

Alguns nordestinos usam “baraio” no lugar de “baralho”, “trabaio” no lugar de “trabalho”, “caino”, “ané”, “coroné”, “tamém” em vez de “também”, “sinhô”, “muié” em vez de “mulher”, “paiaço” em vez de “palhaço”.

Esse fato acontece em todas as regiões do Brasil, não só na Bahia. Então como afirma o nosso filólogo e linguista brasileiro, o que acabamos de ver trata-se de um fenômeno fonético natural, ao que, somente examinando-se a história da língua portuguesa no Brasil, pode ser esclarecido, quando tal esclarecimento se fizer pertinente, não sendo, pois, mera corroboração de preconceitos ou exagerada relevância à influência negra.

Os paulistas, por exemplo, às vezes se mostram um tanto indignados e fecham os ouvidos quando ouvem nordestinos pronunciarem algo talvez tipicamente nordestino, e por isso um tanto distante da realidade linguística e cultural paulista, especialmente paulistana, uma vez que em São Paulo também há outros falares típicos, como veremos abaixo. Mas eles, os paulistas, também não pronunciam “as

mina” em vez de “as meninas”? Ou, “Curíntcha é um timão, mano.”? Então, dessa forma, devemos considerar a língua dos paulistas como *errada*? Acredite-se que não. O que devemos analisar é o porquê na boca de um é *errado* e na boca de outro não, daí podendo tratar-se de um preconceito social.

Os paulistas “caçoam” vez ou outra da variedade linguística do baiano; como *vingança*, claro que por mera força de expressão, — relato algumas palavras, transcrevendo-as de acordo com o falar tipicamente caipirâneo, como já se pronunciou a respeito o crítico Antônio Cândido (2001), a propósito de certas partes do interior paulista; a palavra “porta”, por exemplo, é pronunciada com o “r” sendo engolido, portanto menos fricativo, mas bastante sonoro.

No mundo moderno, pela expansão da mídia, quase todos os dias acontecem episódios em que as pessoas tomam conhecimento ou participam de casos de preconceito ou de intolerância materializada pela linguagem. Inclusive há sites de relacionamentos como blogs, orkut, etc, que muitas pessoas utilizam fazendo críticas, e aumentando ainda mais a discriminação quanto ao falar dos nordestinos.

Por outro lado, também a mídia pode retratar parte da realidade linguística dos brasileiros, como na apresentação da personagem Lady Kate com uma fala característica: “Eu tô pagano”, no programa *Zorra Total*. Isso, pois, é uma forma de passar para a população que não existe apenas uma variedade de prestígio, como a norma culta, mas ainda outras como as de Lady Kate, ressalvadas, naturalmente, as condições em que se processam os atos de fala, que geralmente são orientados e movidos por circunstâncias de lugar e de situacionalidade.

A seguir, Stella Bortoni-Ricardo faz um comentário sobre a variedade-padrão.

A língua-padrão relacionada a classe ou a status é definida como a variedade de fala que tem maior prestígio, independentemente do contexto e que caracteriza um grupo social, geralmente o de status socioeconômico e cultural mais alto (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26).

Todos nós sabemos que o preconceito pode existir sem jamais se revelar e até mesmo, antes da palavra propriamente dita. O preconceito regional discrimina os falares, tornando-os símbolos da falta de respeito de algumas pessoas para com o próximo. É como só tivessem acesso aos saberes aqueles que vivem em outros

estados do país, é como se o Nordeste não existisse aos olhos daqueles preconceituosos que vêem a língua dos nordestinos como “errada” e/ou “atrasada”. Mas foi entre os estados do Nordeste que primeiramente se fixou a língua portuguesa, sendo Salvador a primeira capital do Brasil. Por isso devemos valorizar a cultura brasileira, na qual se destaca a do nordeste brasileiro, pois a linguagem também faz parte da cultura de um povo. No Nordeste também encontramos uma forte cultura enraizada, passada de geração a geração e digna, como as outras, de total respeito.

MITO VI – “O certo é falar assim porque se escreve assim”

Há uma tendência muito forte nas escolas em querer obrigar o aluno a falar “certo” para escrever “certo” como se a forma escrita fosse a única forma correta de falar a nossa língua. No entanto, o que percebemos nas gramáticas e livros é o incentivo à correção na fala dos alunos que fazem uso das palavras: “muleque”, “probrema”, “bêjo”, “minina”, como se isso pudesse anular a variação linguística que faz parte da vida dos seres humanos falantes.

Segundo Bagno (2007a, p. 52), é certo ensinar o aluno a escrever de acordo com a ortografia oficial, que é algo político e decretado em forma de lei, mas não se pode agir dessa forma com a linguagem oral, tentar fazer o aluno falar uma língua artificial que não faz parte do seu cotidiano linguístico.

Será mais justo segundo o autor (2007a, p. 53), ensinar que ele pode dizer “bunito” ou “bonito”, mas que só poderá escrever “bonito”, porque na língua escrita só existe aquela forma.

No entanto durante milhares de anos a língua escrita foi alvo de dedicação por parte dos estudiosos gramaticais. Somente no século XX, com o nascimento da Linguística, que os estudos científicos foram voltados para a linguagem oral.

Percebemos então que a linguagem oral é mais ágil, espontânea, aprendida com o convívio familiar e a comunidade na qual o sujeito falante está inserido. Por outro lado, a língua escrita é totalmente artificial, exige treino, memorização, exercício prático, pois obedece regras de funcionamento, além de representar a forma não exaustiva da língua falada. A língua falada precede a língua escrita. Um exemplo disso é o fato de bilhões de pessoas não saberem ler nem escrever. No

entanto fazem uso da suas línguas maternas com competência. Acompanhando ainda o raciocínio de Bagno, a espécie humana tem, pelo menos, um milhão de anos, sendo que as formas escritas surgiram há apenas nove mil anos. Podemos concluir, segundo o autor (2007a, p. 56), que “a humanidade passou 990.000 anos apenas falando”.

A gramática surgiu com o objetivo de investigar e se dedicar à língua escrita com o intuito de preservar as formas “corretas” e “elegantes” da língua literária. “A palavra gramática em grego, significava, na sua origem, arte de escrever” (BAGNO 2003, p. 46). Foi a partir daí que as mesmas formas cobradas na escrita passaram a ser cobradas na língua falada, por isso hoje o ensino tradicional cobra que os alunos falem do mesmo modo que escrevem.

A gramática tradicional despreza a língua falada como o PNP, e tenta impor a norma culta como a única forma de fala e escrita de prestígio, utilizada e valorizada por grandes autores literários como José de Alencar e Machado de Assis. No entanto veremos que variedade linguística Alencar defendia.

O que José de Alencar defendia não era uma “língua brasileira”, mas, sim, o uso, na literatura, dos traços linguísticos que já caracterizavam as variedades prestigiadas, usadas por ele e por pessoas de sua classe social. O “abuso” que ele rejeita, evidentemente, são as características linguísticas das variedades estigmatizadas (BAGNO, 2003, p. 82)

MITO VII – “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”.

Esse mito vive na ponta da língua de muitos professores de Português e gramáticos. Essa concepção de ensino é cobrada pelos professores em sala de aula e pelos pais, tais como aprenderam quando eram crianças em seu tempo de escola na forma tradicional. Alguns pais até criticam professores quando utilizam e adotam práticas construtivistas de ensino e menos conservadoras, pois, segundo eles, os seus filhos não aprenderão nada se não utilizarem o que está proposto e exposto pelos livros didáticos e pelas gramáticas.

Se fosse assim, que gramática é garantia de falar e escrever corretamente, “todos os gramáticos seriam grandes escritores, e os bons escritores seriam especialistas em gramática” (BAGNO, 2007a, p. 62).

Continuando com Bagno (2007a), Carlos Drummond de Andrade, no poema “Aula de Português” também se revela ignorante diante da gramática dizendo “diante

do mistério das figuras de gramática esquipáticas que compõe o Amazonas da minha ignorância” (DRUMMOND apud BAGNO, 2007a, p. 63).

“E o que dizer de Machado de Assis que, ao estar em contato com a gramática do sobrinho ficou espantado com sua própria ignorância por não entender nada” (BAGNO, 2007a, p. 63).

Podemos verificar a partir desses relatos que também os escritores famosos se dizem não entenderem muito o universo das gramáticas.

Conforme Bagno (2007a, p. 64), as primeiras gramáticas do Ocidente foram elaboradas no século II a.C, e muito antes das gramáticas já existia na Grécia uma Literatura bastante ampla e diversificada. Obras gregas como “A Ilíada” e a “Odisséia” do século VI a.C. Os fascinantes diálogos de Platão entre os séculos V e IV a.C e as obras do grande dramaturgo Esquilo, criador da tragédia grega. Na verdade, segundo Bagno, nenhum desses escritores consultaram gramática alguma, no entanto escreveram, assim como falaram tão bem suas línguas.

A gramática, portanto, não estabelece a norma culta, pois não é a língua em si, é apenas uma descrição dela.

De acordo com Bagno (2007a, p. 65), a norma culta existe porque existe uma gramática que funciona no sentido de localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos coerentes. Ainda conforme Bagno, não é a gramática normativa que vai garantir a uniformização da língua. Poderá até chegar próximo a esse grau, mas não totalmente. Pois ninguém é igual a ninguém. Não somos iguais fisicamente, não pensamos da mesma forma, nem pertencemos à mesma classe social e muito menos falamos da mesma forma.

A gramática normativa é restritiva porque ela revela apenas uma das realidades linguísticas, ou seja, descreve apenas um dialeto de uma língua que é a norma culta e esquece que existem outras variedades. Portanto considerando o raciocínio do crítico dos mitos, já que a língua é algo dinâmico e muda com o passar do tempo, a gramática não vai garantir que sejamos bons usuários da língua.

MITO VIII – “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”.

Esse mito está relacionado com questões sociais. Bagno (2007a, p. 69) menciona que, nos dias de hoje, é muito comum encontrar pessoas que acham que a norma culta deve ser ensinada nas escolas porque ela é “um instrumento de ascensão social”. Se isso fosse verdade, os professores seriam a classe mais remunerada em todo o Brasil. No entanto não é isso que acontece. O que vemos é um grande descaso com a classe dos professores, que são em sua maioria mal remunerados; o contrário de fazendeiros e empresários que muitas vezes nem são alfabetizados e têm enormes fazendas com milhões de cabeças de gado ou grandes empresas, sejam elas de qualquer espécie. No entanto no caso dos fazendeiros são detentores de uma língua caipira considerada por algumas pessoas uma linguagem “grotesca”, “errada”, mas normalmente não são discriminados por pertencerem à classe alta da sociedade.

Concordamos com Bagno (2007a, p. 70), que de nada adianta o sujeito dominar a “norma culta”, se ele está inserido numa classe pobre e desprestigiada pela sociedade, esse sujeito será discriminado do mesmo jeito.

Portanto, segundo Bagno (2007a, p. 70), a norma culta não vai servir àquele que não tem acesso às tecnologias modernas, aos avanços da Ciência, aos empregos bem remunerados, e que não tem participação ativa e consciente nas decisões políticas dentro de uma sociedade.

Ainda complemento com a fala do autor que de nada servirá àqueles que não têm acesso aos bens materiais, que o apresente como pertencente a classe alta da sociedade, pois a aparência é também levada em conta na hora de discriminar. A norma culta não vai servir àqueles que não têm seus direitos reconhecidos dentro de uma sociedade, justamente por pertencer à classe pobre. É possível dizer que a gente vale o que tem, se nada temos, somos excluídos, falando a norma culta ou não.

Dessa forma Bortoni-Ricardo (2005, p.14), afirma que “a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição iníqua de bens materiais e de oportunidades”.

A violência é decorrente de uma questão social de profunda injustiça, de um país que possui uma das piores distribuições de renda do mundo. É necessário então, reconhecer os direitos linguísticos de todo cidadão, porque segundo Bagno (2007 a) não é a norma culta que vai resolver todos os problemas de um país, mas sim apresentar mais alguns e de problemas o brasileiro já está cheio.

O brasileiro precisa mesmo é que os seus governantes garantam para todos o acesso à educação, aos bens culturais, saúde, transporte, habitação e viver dignamente como questão de sobrevivência, e não é todo brasileiro que tem esses privilégios e quando não os tem não é culpa dele, ele é apenas uma vítima dessa desigualdade que abarca a sociedade brasileira.

Para Bagno (2007a, p. 71), se a questão for a transformação de um indivíduo que fala o PNP para tornar-se um falante do PP, para que isso aconteça será preciso transformar a sociedade como um todo, só um sujeito não dá conta disso, a língua é algo social e não individual como a fala. Então porque discriminar pessoas se ambas as variedades foram herdadas do latim, pois o PNP de hoje é muito parecido com o PP do passado.

Primeiramente, cada um tem que fazer a sua parte e mudar a visão em relação ao outro, pois ninguém se sente bem quando não é aceito, quando não é notado em determinado lugar, o que é algo muito sério e precisa ser mudado dentro da sociedade brasileira.

CAPÍTULO II

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA

Para cumprir bem a tarefa de ensinar é preciso que as escolas se livrem desses vários mitos mencionados no capítulo anterior. Mas será que isso acontece em sala de aula? Será que esses esforços fazem parte do cotidiano escolar? É o que veremos neste capítulo.

Como já vimos, o preconceito está impregnado na mente das pessoas e elas se deixam dominar. É necessário acima de tudo conscientizar a todos e desmascarar todo e qualquer tipo de crença e preconceito que afetam a moral e dignidade do ser humano. Preconceitos estes que se tornam mais evidentes quando são reproduzidos na pessoa por ela mesma; ou seja, a própria pessoa se sente inferior ou pior do que as outras.

Esse fato nós presenciamos no nosso dia a dia, quando, por exemplo, uma mulher se sente inferior ou submissa ao homem, ou quando um homem negro acha que não tem as mesmas oportunidades que um branco, ou um homossexual que se acha diferente dos outros. Essas formas de marginalização por parte daqueles que estão próximos e muitas vezes por parte das próprias pessoas são formas antecipadoras e propagadoras do preconceito.

Como esses indivíduos vão conseguir o respeito e a admiração das pessoas se eles mesmos não se valorizam, não se dão a oportunidade de serem felizes, de terem seus direitos reconhecidos pelos outros? Só aprendemos a gostar e a ter respeito pelas pessoas se antes nos considerarmos sujeitos de valor e dignos de respeito, se antes gostarmos de nós mesmos.

Dessa mesma forma, muitos brasileiros também acham que não sabem falar a sua língua, que ela é muito difícil ou que essa língua portuguesa falada por aqui é muito *errada*. Contudo, o preconceito continua a sua marcha e a manchar a dignidade da maioria do povo brasileiro que utiliza o PNP ou até àqueles que falam o PP, pois como já vimos, nem sempre utiliza uma língua totalmente formalizada no seu cotidiano.

Esse preconceito também segue sua marcha nas escolas públicas brasileiras, visto que as escolas recebem diariamente alunos com diversas variedades linguísticas, inclusive recebem crianças pobres que utilizam o PNP, sendo, portanto, uma classe discriminada.

Essas crianças chegam à escola já com uma bagagem linguística que é a sua língua materna, aquela que aprendeu com o convívio familiar desde que nasceu e acostumou-se a ouvir e, depois, falar. No entanto, a escola também recebe alunos com uma bagagem de língua mais privilegiada, pelo fato dessas crianças pertencerem a uma classe mais elevada e viverem num ambiente que lhes dá maiores oportunidades e qualidade de letramento, possuindo mais recursos devido ao acesso a meios tecnológicos, livros diversos, cursos vários, professores particulares. Ao contrário das crianças pobres, que vivem num ambiente de quase total miséria, por pertencerem a uma classe oprimida e serem vítimas da injustiça social; por viverem num país que é desigual na sua distribuição de renda, considerado, em determinados pontos de seu território e sob determinados aspectos, tão subdesenvolvido quanto a África.

No entanto, essas crianças que chegam às escolas falando o PNP são muitas vezes consideradas pelos professores como “deficientes linguísticos”, isso quando não são tachadas de “burras” pelos próprios colegas. O que é grave para a educação que se diz ser “democrática”, “igualitária” e que deve priorizar valores éticos e morais, tal como está regido na forma de lei. Para Bagno (2005, p. 29), “a variedade que esse aluno fala não é ‘errado’, na verdade é simplesmente uma língua diferente daquela que é ensinada na escola”. Segundo o autor, essa língua só se torna errada dentro das regras gramaticais que se aplicam ao PP.

Ainda de acordo com Bagno (2007a, p. 29), tratar o aluno dessa forma, só porque ele não fala a língua culta ensinada e imposta pelas escolas, não quer dizer que ele não fale língua nenhuma, que sua bagagem linguística seja pobre, inferior às demais. Isso cria no espírito do aluno um sentimento de rejeição e de abandono muito grande, levando-o a achar que não é capaz de aprender qualquer coisa. Por outro lado, cria no professor uma sensação de ensinar alguma coisa a alguém que nunca terá condições de aprender. Daí resulta que o aluno fica desestimulado a aprender. Esse é um dos motivos que levam tantas crianças a abandonarem os

estudos ou até mudarem de escolas, por se achar que será diferente e irá resolver a situação.

De fato, isso acontece porque são desprezadas por não terem seus direitos reconhecidos como tais, por serem obrigadas a assimilarem uma variedade que está totalmente fora da realidade dessas crianças. Bagno (2005, p. 23) menciona que os gramáticos escrevem livros para descrever as regras de funcionamento dessa norma-padrão ou culta, livros que servem também para prescrevê-la; isto é, impor essas regras como as únicas aceitáveis para o uso da língua. Os dicionários, segundo o autor, são elaborados e tentam trazer significados dessas palavras utilizadas na norma-padrão. A Academia de Letras rege e estabelece a ortografia oficial, a forma única de escrita, que é imposta por lei governamental, por conta disso, não são aceitas variedades na escrita. Outra função da Academia é ter cuidado para que o idioma não seja contaminado por vocábulos de origem estrangeira.

Entretanto, a intenção desses escritores, para Bagno, é enviar às escolas métodos que são tidos como “eficazes”, para que os alunos aprendam a norma-padrão. Por conta de tais investimentos é que se propagou nas escolas o mito de que a norma culta é a variedade de língua que deve ser valorizada e utilizada por aqueles que frequentam a escola. A norma culta não tem nada de melhor que as outras variedades.

Ela tem palavras eruditas, mais termos técnicos, e um vocabulário maior, e mais diversificado. Tem também construções sintáticas consideradas de bom gosto, expressões eruditas que servem de modelos para serem imitados e metáforas clássicas que dão um ar nobre à linguagem (BAGNO, 2005 p. 23).

Na verdade, concordamos com o autor que, se houvesse todo esse investimento para com o PNP, talvez o PNP se tornasse então uma variedade mais valorizada, e se enriqueceria a ponto de ser utilizada para qualquer tipo de mensagem, de discurso, de textos científicos. Então poderíamos dizer que a variedade não-padrão se tornaria tão cheia de recursos quanto a variedade padrão, mas talvez não tão funcional como é sem esses recursos.

Sabemos que muitas crianças que ingressam na escola são vítimas do preconceito, inclusive este do qual tratamos aqui. O preconceito linguístico se faz

ainda presente nas escolas, mas o que percebemos é que há um profundo e desumano preconceito social para com essas crianças inocentes.

Nem todas as pessoas têm acesso à norma culta por razões diversas, sejam elas sociais, econômicas, culturais, políticas. O Brasil é um país em desenvolvimento, mas ainda com uma alta quantidade de analfabetos. De acordo com o IBGE, calcula-se que existam de 18 a 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade, e milhões de crianças que não frequentam a escola, ou então que frequentam, mas não dão continuidade aos estudos e não chegam a desenvolver a leitura nem a escrita. Esse fato se apresenta mais em áreas rurais, o que não significa que nas cidades também isso não aconteça.

De acordo com a ONU o Brasil ocupa o 93º em índice de escolarização dentro de uma lista de 175 países, ficando atrás até mesmo de países como a Etiópia e a Índia que são países subdesenvolvidos e ainda ocupamos o 80º lugar em investimentos na educação (BAGNO, 2007a, p. 106).

Tais investimentos devem variar de acordo com a demanda nas escolas que é alta, o que traz muitos problemas para a educação, pois muitas vezes não se dá conta de atender essa demanda e, como consequência, acabam faltando nas escolas recursos humanos, salas de aula, equipamentos, materiais pedagógicos e outras coisas mais que são de suma importância para proporcionar aos alunos um ensino de qualidade.

Obrigar o aluno a utilizar uma língua que nem mesmo os professores a utilizam sempre, pode ser uma atitude errada. O que os professores podem fazer é motivá-los, ajudar os alunos para que eles desenvolvam as suas capacidades e habilidades comunicativas, bem como mostrar para os alunos que eles podem utilizar a língua de uma forma mais formalizada, e de outro jeito, menos formal, portanto informal no cotidiano, com a família e os amigos; em vez de agir de forma repressiva, privando a expressão espontânea, tentando provar para ele que o que ele aprendeu com a sua família é tudo “errado” e que os pais dele também falam “errado”.

As consequências dessa repressão aparecerão mais tarde, na forma de atitudes como indiferença e desânimo: traumas que perseguirão o sujeito por toda a sua vida, inculcando-lhe um sentimento de incapacidade de aprender a própria língua.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 14-15), “se a padronização da língua é impositiva, não deixa de ser necessária”. Isso porque, de acordo com a autora está na base de todo o estado moderno. O problema está no acesso restrito da maioria da população a essa língua padrão. Um aluno só conseguirá ter acesso se o professor disponibilizar-se a ensiná-lo, não como uma substituição de uma língua por outra, mas sim como um acréscimo à variedade que ele já possui. Só assim há uma extensão da competência linguística do aluno.

Contudo, ainda verificamos no âmbito escolar, mais especificamente, em sala de aula, um aluno utilizar a expressão “Aonde tá professora?”. A palavra onde ou aonde às vezes são utilizadas sem critério pelas pessoas cultas ou não. Bagno (2007a, p. 110-111) menciona o escritor e gramático Pasquale Cipro Neto que, em um dos seus textos publicados na revista *Cult*¹ (nº 11, Jun. de 1998, p. 44), faz um contraponto entre a norma culta pretensamente 100% pura, e ainda aborda as formas corretas de utilização das palavras aonde e onde. Nota-se, aí, a crítica de Cipro Neto, que afirma em seu texto que essas formas sem critério são utilizadas por escritores renomados, como no poema a seguir de Manuel Bandeira:

“A onda”

a onda anda
aonde anda
a onda?
a onda ainda
ainda onda
ainda onda
aonde?
aonde?
a onda a onda

Para Bagno (2007a, p. 110), “se... Manuel Bandeira e Machado de Assis não servem como exemplos de usuários da língua culta, quem servirá?

Presenciamos ainda no cotidiano escolar alunos pronunciarem frases sem a marca plural como no exemplo a seguir “Os menino saiu, professora”. Vejamos trechos da música “Cuitelinho” de Nara Leão, que Bagno (2005, p. 51) exemplifica:

¹ Revista *Cult*, n. 11, jun. de 1998, p. 44.

Cheguei na bera do porto/ onde as onda se espaia
 As garça dá meia volta,/ senta na bera da praia
 Eu entrei no Mato Grosso,/ dei em terras paraguaia
 Lá tinha revolução,/ enfrentei fortes bataia
 E os oio se enche d' água [...]

Verificamos na música que não há marca de plural. Mesmo assim, não a diminui nem a desvaloriza, pois foi um grande sucesso justamente por ser uma música de raiz totalmente caipira, ouvida por milhões de brasileiros. No entanto, foi composta em versos no PNP. Para o autor (2005, p. 51), a regra de plural da música é a seguinte marcar uma só palavra para indicar um número de coisas maior que um. O plural fica na primeira palavra do grupo (“terras paraguaia”), quando há artigo ele que fica no plural e o substantivo seguinte no singular (“As garça”).

O falante da língua padrão, segundo Bagno (2005, p. 164), também está sujeito a influências de pessoas com as quais convive. Porém ele não faz sempre uso dessa língua padrão em seus enunciados. Isso vai depender do contexto de fala (ambiente, situação, assunto, relação entre emissor e receptor). Conquanto, todo sujeito falante estará exposto a julgamento quando utiliza determinadas formas de uso da língua. Quando ocorre preconceito linguístico, o sujeito fica exposto, como já dito páginas atrás, a humilhações que acarretarão no indivíduo danos psicológicos, estresse, desânimo, medo de se expressar e de conviver com pessoas. Cabe, pois, aos educadores, jamais tolerar que isso ocorra em sala de aula.

Sirva-se como exemplo de relato de uma possível situação de preconceito linguístico aquela em que o professor corrige uma pessoa fora do ambiente escolar ao usar a frase “Não tem probrema”. Considere-se que tal intromissão torna-se mais grave na medida em que se trata de fato fora do ambiente de sala de aula, causando no outro um sentimento de inferioridade e de constrangimento. Se a língua é utilizada para expressar idéias, opiniões, sentimentos, emoções, religiosidade, é constitutiva dos seres humanos: é lógico então que a vida dessa pessoa não será a mesma depois do preconceito se revelar e se incrustar reiteradamente.

Destacamos ainda o preconceito ridículo voltado para o falar do nosso Presidente Luis Inácio Lula da Silva, mencionado também por Bagno (2003, p. 14). Preconceito, este, lançado segundo o autor por seus opositores eleitorais nas disputas de 1989, 1994 e 1998, sendo que tais argumentos preconceituosos sobreviveram décadas depois, sendo talvez amenizados pela engenhosa

capacidade de articulação política do Presidente. Ora, como desconstruir linguisticamente a fala de um Presidente que conseguiu tamanho feito político no Brasil, sobretudo utilizando-se do poder de seu discurso?

Concordamos com o autor que seria muita ilusão supor que a vitória de Lula banisse o preconceito linguístico de nossa sociedade e que de alguma forma essa fala de Lula afetasse a educação brasileira, assim como a fala de alguns outros presidentes eleitos no nosso país, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que tiveram acesso a níveis superiores de escolarização, não influenciou de forma alguma os alunos a falarem sequer próximo à língua culta.

Podemos verificar a resposta proposta por Josué Machado, em trecho retirado da Revista Educação e utilizada por Signorini (2006, p. 135-136), no qual afirma-se que não há nenhuma evidência que a fala do presidente Lula sirva de exemplo para os alunos deixarem de estudar, ou que os vários diplomas de FHC tenham levado alguém a estudar mais.

Verificamos a seguir trecho escrito pelo mesmo autor extraído por Signorini da Revista Educação de Março de 2003, p. 11:

A verdade é que [o presidente] erra e continuará errando — pelo menos no que diz respeito ao uso da língua portuguesa formal. Já errou muito mais, a ponto de constranger alguns ouvidos mais sensíveis. [...] Na escola da vida que cursou, o presidente nunca foi reprovado por um “s” a menos ou uma concordância errada. O problema é que na escola tradicional essa anistia ainda não chegou (JOSUÉ MACHADO apud SIGNORINI, 2006, p. 132).

Essa fala dos meios de comunicação nos leva a perceber que se na escola os alunos falam a variedade não-padrão, com isso é possível que sejam corrigidos pelo professor e discriminados pelos próprios colegas. Sem contar que o mercado profissional também não perdoa quem utiliza esse linguajar. Como se não bastasse, ainda a mídia com seus argumentos quase sempre preconceituosos, analisa a fala de Lula como inadequada para um Presidente da República. Para os meios de comunicação ele não difere a fala cotidiana daquela usada por um chefe de Estado.

Como exemplo Signorini reproduz o trecho de uma matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo no dia 1º de Junho 2003.

“Falar sobre assuntos espirituais, dar conselhos existenciais e discorrer sobre a missão do homem na Terra está em contraposição a explicar as ações do

governo ou a expor idéias” (SILVEIRA E ZANINI, 2003, apud SIGNORINI, 2006, p.130).

Portanto, de acordo com Bagno (2003, p. 38), a escola vai continuar a ensinar a cultura letrada, a norma culta, ainda que as camadas da sociedade não a empreguem totalmente, pois já está em desuso.

No caso de um país como o nosso, o Presidente Lula foi uma exceção. Mesmo utilizando variedade não-padrão ele conseguiu chegar até a Presidência, isso não acontece sempre. Cidadãos pobres que hoje não têm acesso a uma escolarização de qualidade e nem a uma cultura letrada são discriminados, excluídos da sociedade, não conseguindo se realizar pessoal, social e profissionalmente. O preconceito, conforme os críticos estudados irá continuar, até que as pessoas adquiram maturidade sociolinguística, e não vejam mais o falante em variante não-padrão com tanta indiferença.

Com efeito, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 15), “a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas”. Concordamos com a autora. Os alunos devem e precisam aprender que existem outras maneiras de dizer a mesma coisa, e que essas alternativas têm intenções enunciativas diferentes e interlocutores diferentes. E ainda Bortoni-Ricardo completa:

Os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido” e “ele drome” por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes de prestígio dessas expressões (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Dessa forma, eles não serão excluídos, nem as portas serão fechadas, pois no mundo em que vivemos temos que acompanhar o progresso tecnológico, econômico, político e atuarmos na sociedade de forma a transformá-la. O aluno conseguirá isso algum dia através dos estudos, da busca do conhecimento; ou, se não, ficará à mercê daqueles que usam vez ou outra a língua culta.

Segundo Ilari e Basso (2009, p. 231), seria um crime deixar de ensinar ao aluno o português culto. Isso porque foi nessa variedade que foram escritos a maior parte dos textos e é preciso “conhecer para desempenhar de forma plena seu papel de cidadão”. O que os autores querem dizer é que aprendendo o português culto o aluno não sofrerá a exclusão presente em nosso país há séculos. Entretanto,

“expressar-se em português padrão é muito mais do que uma decisão pessoal e livre por parte do aluno” (ILARI; BASSO, 2009, p. 231).

Cabe a nós futuros professores e àqueles que já atuam fazer a diferença, no sentido de investigar, buscarmos conhecimentos sobre a língua, sejam eles teóricos ou práticos, elaborarmos atividades em que o aluno presencie as diversas e heterogêneas formas de uso da língua materna, e não nos fixarmos somente nessas atividades que envolvam a gramática de frases isoladas que levam à perda do interesse dos alunos com relação à Disciplina de Língua Portuguesa, sabedores que somos de que a gramática normativo-prescritiva não vai garantir que eles sejam bons usuários da língua nem na escrita nem na fala oral.

Os próprios PCNs já reconhecem um grande avanço no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa. Já é um passo positivo para uma mudança, pois as Ciências evoluem, e a Ciência da Linguagem também. As concepções podem ser quebradas a partir de novas descobertas, então não podemos nos fixar em atitudes que não fazem parte da realidade dos alunos, pois eles são o alvo principal. Eles são os que irão sofrer por toda a vida, por um ensino mal interpretado e com falhas.

CAPÍTULO III

AS FORMAS DE LIDAR E ELIMINAR/AMENIZAR O PRECONCEITO LINGUISTICO NA ESCOLA

Diante do que apresentamos no primeiro capítulo é possível que as pessoas saibam que no Brasil não existe apenas uma língua. Existem as chamadas variedades linguísticas. Descobrimos também que não existe língua certa ou errada; há apenas linguagens diferentes e diferenças na língua portuguesa materna do brasileiro, o que não é nem deve ser sinal de deficiência. Pelo contrário, a língua portuguesa falada no Brasil compreende um universo riquíssimo, caracterizado pela pluralidade étnico-cultural, pela história singular de seu povo e pelas dimensões continentais de seu território, então responsável pela diversidade dos topônimos e outros traços pitorescos no lugar e no sujeito falante da língua portuguesa do Brasil.

Conforme foi explicitamente colocado por Bagno (2007a), todo falante se expressa muito bem na língua que aprendeu, pois emprega adequadamente as regras de funcionamento dela. Vimos também que não existe língua melhor ou mais bonita, toda língua atende às necessidades de cada povo. Bagno (2007a) também relata que se a língua culta fosse garantia de ascensão social os professores e gramáticos seriam milionários e estariam no topo do poder. Nós professores, portanto, podemos explicar para os alunos que é aceitável expressar-se oralmente de várias formas, mas para a escrita existe uma forma que, na verdade, universaliza todas as variantes linguísticas do país.

No segundo capítulo, vimos que as escolas ainda não se livraram de alguns daqueles mitos apresentados e discutidos no primeiro, e, como consequência, continuaram reproduzindo o preconceito contra aqueles que fazem parte da classe mais sofrida do Brasil: a classe dos que têm pouca ou nenhuma oportunidade de ascensão econômica, política e social. Todavia, essa língua não é errada, apenas se difere daquela ensinada nas escolas. Vimos também algumas das consequências causadas nas vidas desses alunos por tal preconceito.

Por sua vez, este capítulo proporcionará aos professores em geral e aos que irão atuar, algumas ferramentas, talvez, sobre como agir quando o aluno chegar à

sala de aula dizendo: “nós chegemu”, “abrido” e ele “drome”, assim como aponta Bortoni-Ricardo (2005, p. 15).

Concordamos também com Guedes (2006, p. 11), quando afirma que as pessoas necessitam se comunicar, que elas não podem esperar que as escolas lhes deem uma educação para poder se expressar.

Segundo Guedes (2006, p.12), não faz mais sentido os profissionais da educação obrigar o aluno a falar a língua padrão. O professor deve refletir o porquê de impor aos alunos que falem sempre de acordo com a norma culta, se nem ele faz uso sempre desse português culto, ao passo que ele também deve se perceber como parte dessa população que reivindica seus direitos e sofre pela não valorização da sua identidade. Diante disso, obrigar é uma coisa, ensinar sem opressão, sem julgamentos, e de uma forma adequada é outra completamente diferente; naturalmente, pois, somamos com a segunda opção.

Como já mencionado no capítulo anterior, não estamos de forma alguma dizendo que não é importante que as pessoas aprendam a falar e escrever de acordo com a norma culta, ao contrário. Além da variedade linguística que cada pessoa possui, é de suma importância que as pessoas acrescentem mais uma variedade que é a culta. Isso porque as pessoas devem saber que a fala é adequada às situações de uso.

Considerando isso, é necessário que as escolas ensinem o aluno a falar mais próximo da norma culta, mas ensinar de uma forma adequada, não discriminando a variedade de ninguém, seja ela qual for. Cabe ao professor desenvolver atividades em que os alunos percebam como funciona a língua e as formas de uso. Conforme Ramos (1997, p. 6), para que os alunos tenham acesso à linguagem culta é necessário ter contato com essas pessoas que falam essa língua através de textos e linguagens as mais diversas, consultando jornais, revistas, ciência, música, literatura etc. Deve-se ler e incentivar a ler de tudo.

Os professores podem, ainda, proporcionar aos seus alunos o contato com outras variedades através de atividades de teatro, novelas, música popular, filmes, depoimentos, experiencição de romances e poesias. Segundo os PCN (1998), através dessas opções os alunos podem analisar e refletir sobre a força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana.

Dessa forma, o professor estará agindo mais adequadamente. Essas atividades são formas de aguçar a curiosidade dos estudantes e o interesse pela Disciplina de Língua Portuguesa.

Isso inclui também chamar a atenção dos alunos para as razões sociais. São essas razões, segundo Ramos (1997, p. XI), as responsáveis por esses atos desumanos. Em primeiro lugar, o professor deve mostrar para os alunos que essas variedades são tão ricas quanto às demais, e são usadas conforme a situação de fala, como por exemplo, num ambiente familiar. Dessa forma, a autora ainda se pronuncia:

Por serem estigmatizadas, estas últimas devem ser tratadas na escola com naturalidade e “traduzidas” por formas do dialeto padrão. E é exatamente por seu peso social que seria importante o professor estar atento a elas, de modo a evitar que sua atitude de rejeição se manifeste (RAMOS, 1997, p. 11).

A escola só conseguirá amenizar o preconceito com atitudes éticas e de cidadania. Bagno (2007a, p. 74) diz que o Ministério da Educação reconhece que as escolas têm se esforçado para que atitudes preconceituosas não se desenvolvam no ambiente escolar, mas ainda é preciso ir além.

Os profissionais da educação podem se posicionar no combate ao preconceito, se for possível chegar a esse grau. Elevar a autoestima dos alunos no sentido de valorizar a cultura, a variedade linguística de cada um. E os alunos, acreditarem que podem se expressar cada vez melhor, evitando assim a exclusão. Não aceitarem ser tratados como *deficientes linguísticos* só porque não utilizam a língua em norma culta todo o tempo, o que aliás fugiria a um nível de coerência chamado coerência pragmática; isto é: uma coerência que se constrói a partir da observância do lugar e das condições que encerram os atos de fala do sujeitos falantes.

Cagliari (2007, p. 82) sugere aos docentes trabalhar com os alunos em sala sobre o que vêm a ser variedades linguísticas, mostrarem aos alunos as diferentes formas de dialetos e como a sociedade vê esses dialetos. Mostrar-lhes os preconceitos que ocorrem com algumas variedades e as consequências que tal preconceito causa na vida de cada um. Dessa forma, segundo o autor, os alunos irão encarar esse fenômeno variação passando a ter um comportamento social crítico e mais adequado com relação às diferenças linguísticas.

Para Cagliari, é também importante ensinar que é preciso ter o conhecimento da norma culta para fazer uso dela quando for necessário. As pessoas devem utilizar essa língua quando, por exemplo, estiverem numa esfera ocupacional que exija ou sugira comunicar com um público formado por pessoas que cotidianamente se exprimem, na maior parte do tempo, naquela variedade linguística. Cagliari, com essas palavras, nos faz perceber que necessitamos sim aprender outra variedade além da popular, que é a variedade culta, isso porque devemos saber nos comunicar de todas as formas e em todas as situações com desenvoltura.

Diante dessas condições, Ferrarezi (2007, p. 30) relata que as escolas devem ensinar o aluno a falar e escrever na norma culta para que “ele possa se defender no mundo com o poder que uma fala e uma escrita de prestígio conferem”.

Além do mais, Guedes (2006, p. 14) diz que para escola adotar uma atitude diferente diante do ensino da língua: cabe aos professores proporcionar aos alunos o domínio da escrita a partir da leitura e produção de textos. Essa prática de exercícios de leitura e escrita é fundamental para o aprendizado da língua culta e a valorização da língua portuguesa materna com tudo que ela tem de especial, destacando-se aí o poligenismo linguístico.

Com relação à gramática, para Ferrarezi (2007, p. 30), quando o aluno fala, já utiliza a gramática da sua língua, mas a criança ainda não sabe o que está acontecendo com a língua. Então cabe à escola mostrar para o aluno aquilo que ele faz quando fala. Essa é uma das coisas que se deve ensinar nas escolas quando se ensina gramática. Porém, para Ferrarezi nem tudo que está nas gramáticas interessa e será útil na vida dos alunos, o que dá ensejo a uma possível necessidade de revisão dos conteúdos programáticos da gramática prescritiva

De fato, Soares (2002, p. 17) acredita que a linguagem é um dos fatores de fracasso e desistência escolar das camadas populares da sociedade, justamente por tal preconceito se propagar causando danos à vida desses alunos.

Como já vimos, os alunos que sofrem esse tipo de preconceito possuem dificuldades de aprendizagem, se privam de se expressar, não conseguem se relacionar normalmente com as pessoas, se excluem por achar que tudo que falam e fazem está errado. Acompanhando o raciocínio da autora, percebemos que não

vale a pena discriminar pessoas porque falam desse ou daquele jeito, pois a única intenção é a comunicação, se o interlocutor entende o que o emissor fala, isso o que importa, pois

todos os dialetos são igualmente válidos como instrumentos de comunicação. Também não há nenhuma evidência linguística que permita afirmar que um dialeto é mais “expressivo” mais “correto”, mais “lógico” que qualquer outro: todos eles são sistemas linguísticos igualmente complexos, lógicos, estruturados (SOARES, 2002, p. 40).

Sistemas que funcionam segundo uma lógica já antes percebida também por Labov. Note-se:

Os falantes pertencentes às camadas populares narram, raciocinam e discutem com muito mais eficiência que os pertencentes às classes mais favorecidas, que contemporizam, qualificam, perdem-se num excesso de detalhes irrelevantes (apud SOARES, 2002, p. 47).

Na verdade, o que está em jogo não é dizer que esta ou aquela variedade de língua é melhor, pois todas são válidas e utilizadas dependendo do contexto de fala. Todas as pessoas podem utilizar a linguagem uma hora formal, outra informal, pois ninguém é perfeito a ponto de utilizar sempre uma só linguagem. Aliás, por perfeição, aqui, no âmbito da comunicação, deve entender-se justamente a não homogeneidade ou fixação em uma forma única de expressão linguística.

Nós nos apresentamos em diversas situações que necessitam de linguagens diferentes. É a mesma coisa que acontece com a roupa que vestimos. Não podemos utilizar um vestido social num almoço em casa com a família, da mesma forma que não podemos ir de bermuda numa reunião com autoridades da cidade (vereadores, prefeitos etc).

Para Possenti (2006, p. 30), se nem os cultos falam sempre a língua prestigiada, logo “qualquer um poderia objetar que todos falam, mas errado”. Em outras palavras, nos momentos de descontração com amigos eles fogem da norma culta; então, se fugir da norma culta é errado, poderíamos dizer que eles também falam errado, pois não a seguem à risca.

Como vimos nos capítulos anteriores, os fatores que produzem diferenças na fala das pessoas podem ser externos à língua que são os geográficos, de classe, de idade, sexo, etnia, profissão, e também por fatores internos à língua.

Considerando as falas dos autores aqui elencados, podemos afirmar que não existe língua melhor. A questão da diferença é muito cômoda, nos impede de ir a fundo e procurar saber por que as pessoas falam assim. Com certeza, se procurar analisar essas falas encontrará alguma explicação. Seja ela qual for não se deve julgar ninguém pela língua que fala, pela sua cor, pela classe social a qual pertence. Ninguém tem esse direito.

O que sugerimos a partir do desenvolvimento deste trabalho é que as pessoas aprendam a conviver com as diferenças. Pois ninguém é nem deve ser igual a ninguém. Os grupos linguísticos do Brasil precisam acima de tudo serem tolerantes, e aceitem a si mesmos como integrantes de uma nacionalidade heterogênea e múltipla também no que diz respeito à língua com que se comunicam. É preciso que todos vejam nisso um fenômeno belo e universalizante, definitivamente, enriquecedor, que ser diferente da norma culta em certas circunstâncias, não deixa de ser pertinente variabilidade da mesma língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, por fim, às considerações finais deste trabalho. E percebemos então que o preconceito não tem origem na crítica, mas numa certa tradição e costumes passados de geração para geração, perpetuando e reproduzindo modelos discriminatórios. É possível que as pessoas sejam preconceituosas por não entenderem o universo da língua ou por manipulação ideológica. Verificamos que no Brasil falamos o Português, mas um Português bastante diversificado, pelo fato do nosso país ser uma sociedade diferente em sua cultura, costumes, classes, e formação étnica, e isso deve ser compreendido positivamente.

Por existirem diferenças na fala das pessoas, muitas dessas variedades são notadas e consideradas geralmente por pessoas da classe alta da sociedade como *feias e grotescas*. Mas descobrimos com Bagno e outros críticos da língua que não existe língua certa ou errada: há apenas modos de expressão diferenciados da mesma língua. Diferenças na língua, portanto, não são sinais de deficiência ou inferioridade. Também percebemos que não existe língua difícil, todo falante sabe se expressar muito bem em sua língua materna, pois sabe utilizar com naturalidade as regras de funcionamento dela.

Dessa forma, ninguém fala errado, cada um se expressa de acordo com a linguagem que aprendeu desde criança com o convívio familiar e grupo social. De fato, a língua atende às necessidades de comunicação de cada povo. Se houve comunicação isso é o que importa. No segundo capítulo, por exemplo, vimos como ocorre o preconceito linguístico em sala de aula e as causas de tal preconceito na vida dos alunos. Vimos atividades que podem ser trabalhadas em sala de aula relacionadas à língua, tais como seminários, dramatização de textos, simulação de rádio e televisão, entrevistas a autoridades; proporcionando aos alunos mais experiência, competência e mais habilidade ao fazer uso da língua.

Destacamos que o papel do professor consiste também em mostrar para o aluno as circunstâncias de uso das variedades linguísticas, não discriminando ou barrando o aluno quanto a suas formas de expressão. Isso inclui o assunto a ser tratado, a intenção comunicativa, a relação entre interlocutores. Então a questão

primordial para o professor não é salientar o erro pautado na norma culta, mas a adequação da língua às circunstâncias de uso, enfim, de utilização adequada da linguagem. Identificar com o aluno o valor cultural da variedade usada por ele é fundamental para que, a partir do entendimento de como ocorre o uso da língua, ele possa apropriar-se de mais uma variedade: a padrão, que lhe permitirá ter acesso aos bens culturais por ela vinculados.

Portanto, cabe às escolas dar o primeiro passo e conscientizar os alunos de que não se deve discriminar ninguém porque é pobre, rico, homem, mulher, homossexual e muito menos porque fala diferente da variedade linguística padrão. Na verdade, são milhões de brasileiros que falam o PNP, se a questão fosse acabar com essas variedades linguísticas significaria silenciar ou limitar o campo de expressão da maioria da população brasileira.

Assim, todos falam corretamente, mas de uma forma diferente. Em suma, parece que a questão do *diferente* é o grande problema do ser humano que tem certa dificuldade em dividir o mesmo espaço com outras pessoas diferentes, isso começa em casa quando começamos a limitar nossa liberdade para respeitar a dos outros. É um duro aprendizado, mas que todos devem superar e respeitar o espaço, o direito dos outros, para ser respeitado também. Isso se aprende durante toda a vida e se aplica no que tange o direito de voz das pessoas, sem o que diminui-se consideravelmente o que se entende por consideração da pessoa como ser humano dotado de livre expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007a.

_____. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **A língua de Eulália (novela sociolinguística)**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007b.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (PCNs): Ensino fundamental**. Língua Portuguesa / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs) – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (5ª a 8ª séries)**: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Editora Scipione, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9. ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

FERRAREZI JR, Celso. **Ensinar o brasileiro: respostas a 50 perguntas de professores de língua materna**. São Paulo: Parábola, 2007.

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de Português: que língua vamos ensinar?** São Paulo: Parábola editorial, 2006. (Estratégias de ensino 4).

ILARI, BASSO, Rodolfo; Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos** / Rodolfo Ilari, Renato Basso. 2 ed. — São Paulo, Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ana Tereza Pinto de. **Minimanual Compacto de Redação e Estilo: Teoria e Prática**. São Paulo: Rideel, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Associação de Leitura do Brasil (ALB) / Mercado de Letras, 2006.

RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SIGNORINI, Inês. **Língua Oficial (oficial para quem?)**. In: CORRÊA, M. L. G.; BOCH, F. (orgs.). Ensino de língua: representação e letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2006, pp. 123-138.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.